

HISTÓRIA PÚBLICA NO BRASIL: SENTIDOS, DISPUTAS E PERSPECTIVAS DIALÓGICAS

PUBLIC HISTORY IN BRAZIL: MEANINGS, DISPUTES, AND DIALOGICAL
PERSPECTIVES

Ciências Humanas • 05/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/777782032](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/777782032)

Ricardo Américo Barreto de Almeida e Silva¹

RESUMO

Este artigo examina os sentidos construídos dialogicamente de História Pública no cronotopo Brasil, compreendendo-a como esfera/campo acadêmica, esfera/campo profissional e prática social atravessada por disputas conceituais e políticas. Parte-se da consolidação internacional da Public History a partir de 1978 e de sua institucionalização no contexto brasileiro desde 2011. O objetivo consiste em analisar como autores centrais da produção nacional definem, tensionam e ampliam o conceito de História Pública. Metodologicamente, desenvolve-se pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, sustentada em análise interpretativa e comparativa de textos referenciais. Os resultados evidenciam que a História Pública brasileira articula, simultaneamente, dimensões de difusão democrática do conhecimento histórico, participação social, circulação pública do passado, crítica das hierarquias epistêmicas e valorização de vozes historicamente marginalizadas. Conclui-se que a História Pública no Brasil constitui espaço plural, interdisciplinar e reflexivo, marcado por controvérsias produtivas e pela busca de novas mediações entre universidade e sociedade.

Palavras-chave: História Pública; Dialogismo; Historiografia; Espaço Público.

ABSTRACT

This article examines the dialogically constructed meanings of Public History within the Brazil chronotope, understanding it as an academic sphere/field, a professional sphere/field, and a social practice shaped by conceptual and political disputes. It begins with the international consolidation of Public History from 1978 onward and its institutionalization in the Brazilian context since 2011. The objective is to analyze how leading authors in Brazilian scholarship define, challenge, and expand the concept of Public History.

Methodologically, the study adopts a qualitative bibliographic approach, grounded in interpretative and comparative analysis of key reference texts. The results show that Brazilian Public History simultaneously articulates dimensions of democratic diffusion of historical knowledge, social participation, public circulation of the past, critique of epistemic hierarchies, and the valorization of historically marginalized voices. It concludes that Public History in Brazil constitutes a plural, interdisciplinary, and reflexive space, marked by productive controversies and by the search for new mediations between university and society.

Keywords: Public History; Dialogism; Historiography; Public Sphere.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a História Pública consolidou-se internacionalmente como campo de reflexão e atuação voltado à produção, circulação e apropriação social do conhecimento histórico para além dos limites tradicionais da universidade. Seu marco institucional mais recorrente situa-se nos Estados Unidos, em 1978, com a publicação do texto fundador de Robert Kelley e a criação da revista *The Public Historian*, seguida, em 1979, pela organização do National Council on Public History.

No Brasil, o campo adquire maior densidade a partir de 2011, com a publicação da coletânea *Introdução à História Pública*, organizada por Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai. Desde então, observa-se expressiva expansão de grupos de pesquisa, redes acadêmicas, periódicos especializados, eventos científicos e experiências institucionais dedicadas ao tema.

A esfera/campo discursiva acadêmica internacional apresenta múltiplos sentidos (significados e significações): Public History (EUA, Reino Unido, Austrália, Brasil); Histoire publique (França); Storia pubblica / Uso pubblico della storia (Itália); Geschichtskultur / Geschichte in der Öffentlichkeit (Alemanha); Cultura histórica (Espanha); e diversas formas em chines (gongzhong shixue, gonggong shixue, dazhong shixue) e japonês (paburikku hisutori). Cada tradução carrega implicações teóricas e políticas distintas, revelando que o campo não é apenas uma transferência de metodologias, mas um processo de reelaboração local de demandas sociais por história.

Apesar da expansão de eventos, redes acadêmicas, grupos de pesquisa e publicações especializadas, permanece em aberto relevante questão teórica: ainda não há consenso acerca dos sentidos fundamentais da História Pública no contexto brasileiro. O campo oscila entre definições centradas na difusão do saber histórico, na colaboração com públicos, na crítica política das memórias hegemônicas, na atuação profissional extrauniversitária e nas novas mediações digitais.

A literatura nacional já oferece contribuições relevantes. Almeida e Rovai destacam a democratização do conhecimento histórico; Santhiago sistematiza diferentes modalidades de relação entre história e público; Mauad enfatiza seu caráter interdisciplinar; Nicolazzi discute recepção e circulação social; Schittino critica hierarquias epistemológicas; Schmidt analisa a emergência de histórias públicas de grupos marginalizados. Entretanto, tais contribuições ainda carecem de sistematização integradora sob perspectiva dialógica.

Diante disso, o problema desta pesquisa consiste em compreender quais sentidos vêm sendo atribuídos à História Pública no Brasil e como tais sentidos expressam disputas conceituais, políticas e epistemológicas no interior do campo. A relevância do estudo reside em contribuir para a consolidação teórica da História Pública brasileira, oferecendo leitura crítica sobre suas múltiplas definições e seus impactos na relação entre universidade, sociedade e usos públicos do passado.

O objetivo deste artigo é analisar concepções formuladas por **autores brasileiros**, identificando convergências, tensões e contribuições em perspectiva teórica/metodológica do Círculo de Bakhtin — Volóchinov (2021 [1929–1930]), Bakhtin (2011 [1979], 2016 [1979]) e Medviédev (2012 [1928]). Como hipótese interpretativa, sustenta-se que a pluralidade de definições não representa fragilidade epistemológica, mas traço constitutivo de uma área fundada no diálogo entre historiografia e sociedade.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

A História Pública consolidou-se internacionalmente no final da década de 1970, especialmente nos Estados Unidos, a partir do artigo fundador de Robert Kelley (1978), *Public History: Its Origins, Nature and Prospects*. Nesse contexto, a expressão designava inicialmente a atuação de historiadores em espaços não universitários, como agências governamentais, museus, arquivos, empresas e consultorias. Em 1979, a criação do National Council on Public History (NCPH) contribuiu para institucionalizar o campo e ampliar seus horizontes teóricos e profissionais. Desde então, a História Pública expandiu-se para diferentes países, assumindo

configurações diversas conforme tradições historiográficas locais, culturas políticas e demandas sociais específicas.

No Brasil, a consolidação do campo ocorre sobretudo a partir de 2011, com a publicação da obra *Introdução à História Pública*, organizada por Almeida e Rovai. O livro representou marco importante ao apresentar ao público brasileiro debates internacionais e experiências nacionais emergentes. Posteriormente, a criação da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), a realização de simpósios e o crescimento de pesquisas em programas de pós-graduação fortaleceram a institucionalização da área no país.

A literatura nacional revela pluralidade conceitual. Almeida e Rovai (2011) enfatizam a difusão do conhecimento histórico para amplas audiências. Santhiago (2014) propõe quatro modalidades: história para o público, com o público, a partir de demandas públicas e história feita pelo público. Mauad (2016; 2021) compreende a História Pública como concepção guarda-chuva, integrando memória, patrimônio, divulgação científica e usos sociais do passado. Rovai (2015) destaca seu caráter intelectual e político. Malerba (2017) valoriza a cooperação entre especialistas e sociedade. Nicolazzi (2019) enfatiza recepção, apropriação e circulação pública da historiografia.

Para compreender essa multiplicidade de sentidos, adota-se como referencial complementar a perspectiva dialógica derivada do Círculo de Bakhtin. Nessa abordagem, conceitos não possuem significados fixos, sendo historicamente produzidos em arenas discursivas marcadas por disputas valorativas. A noção de esfera/campo discursiva (Grillo, 2006) permite compreender a História Pública como espaço de interação entre universidade,

mídia, patrimônio, movimentos sociais e públicos diversos. Já o conceito de cronotopo auxilia a situar a emergência brasileira do campo no contexto político, cultural e acadêmico posterior a 2011. Desse modo, a História Pública pode ser interpretada como signo ideológico em constante refração social.

Embora a produção brasileira tenha crescido significativamente, persistem lacunas importantes. Ainda são escassos estudos voltados à sistematização comparada dos principais conceitos do campo. Também permanece limitada a utilização de abordagens dialógicas para analisar disputas de sentido em torno da própria definição de História Pública. Além disso, há necessidade de maior integração entre produção teórica, experiências práticas e impactos das mediações digitais contemporâneas. Essas lacunas justificam a presente investigação. Tais abordagens demonstram que a História Pública brasileira não se reduz a simples extensão universitária, configurando campo interdisciplinar em permanente construção.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, exploratório e interpretativo. Optou-se por esse delineamento em razão do objetivo central do trabalho: analisar os sentidos atribuídos à História Pública no Brasil a partir da produção acadêmica especializada.

O universo da pesquisa compreende textos nacionais e internacionais considerados referenciais para a constituição do campo da História Pública. Para fins de recorte analítico, selecionaram-se obras fundacionais e autores de reconhecida

relevância na literatura, publicados entre 1978 — marco inicial da institucionalização internacional da Public History — e 2026.

No plano internacional, destacam-se Robert Kelley, G. Wesley Johnson e debates derivados do National Council on Public History. No contexto brasileiro, priorizaram-se autores recorrentes na consolidação da área, entre eles Almeida, Rovai, Santhiago, Mauad, Malerba, Nicolazzi, Schittino, Schmidt, Borges e Carvalho.

Os critérios de seleção bibliográfica consideraram:

- a. centralidade do autor no debate nacional;
- b. frequência de citação em estudos da área;
- c. contribuição conceitual original;
- d. pertinência temática ao problema proposto.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se inicialmente levantamento bibliográfico em livros, capítulos, artigos científicos e coletâneas especializadas. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica e ao fichamento temático das obras selecionadas, buscando identificar definições, categorias recorrentes, convergências e divergências interpretativas.

Posteriormente, empregou-se análise comparativa orientada por perspectiva dialógica, inspirada no Círculo de Bakhtin, compreendendo os conceitos como signos historicamente disputados em diferentes contextos sociais. Foram utilizadas como categorias analíticas: difusão do conhecimento histórico,

participação social, autoridade compartilhada, circulação pública do passado, crítica epistêmica e democratização da memória.

Os dados qualitativos obtidos foram organizados por eixos temáticos e interpretados à luz do problema de pesquisa, buscando compreender como a História Pública vem sendo conceituada no Brasil e quais tensões atravessam sua consolidação. Como limitação metodológica, destaca-se que o estudo privilegia a dimensão bibliográfica e conceitual, não abrangendo investigação empírica de instituições, projetos específicos ou recepção pública.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

A história pública brasileira se consolidou a partir cronotopo Brasil/2011 com uma produção na esfera/campo discursiva acadêmica, articulada em torno da Rede Brasileira de História Pública (RBHP), da revista História Pública e de três grandes coletâneas da *Letra e Voz*. O campo brasileiro é marcado pela interface com a **história oral**, o **patrimônio**, a educação histórica, as minorias e as tecnologias digitais.

A obra pioneira no Brasil, resultado do Curso de Introdução a História Pública realizado na USP em 2011, marco de institucionalização da área no país. Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2011) formula uma **concepção normativa e programática de História Pública**, marcada pela valorização da circulação ampliada do saber histórico e pela superação da centralidade exclusiva da sala de aula. O enunciado responde a discursos anteriores que identificavam a História como patrimônio restrito da universidade, do arquivo especializado ou do ensino formal. Ao afirmar que “a história não é aprendida apenas em sala de aula”, o texto polemiza

de modo implícito com visões escolarizadas e disciplinarmente fechadas do conhecimento histórico, reconhecendo que a aprendizagem histórica ocorre em múltiplos **cronotopos sociais**: museus, mídias, monumentos, redes digitais, memórias familiares e experiências cotidianas.

"Fazer história pública significa difundir o conhecimento histórico para amplas audiências, acreditando-se que a história não é aprendida apenas em sala de aula – mas de diversas formas e em muitos momentos. (...) Trabalhar dessa maneira - para e com o público - exige uma série de habilidades, métodos e especializações capazes de garantir que a preservação, a interpretação e a difusão do conhecimento histórico sejam feitas de maneira responsável e integrada." (ALMEIDA, 2011).

O uso da expressão “difundir o conhecimento histórico para amplas audiências” pode conservar/refratar certa **lógica vertical**, em que especialistas produzem e o público recebe. A preposição “para” sugere transmissão unidirecional, enquanto a menção posterior à “para e com o público” tenta corrigir esse risco ao incorporar colaboração e coprodução.

Outro ponto crítico reside na noção de “maneira responsável e integrada”. Embora desejável, tal formulação é **semanticamente aberta** e pode ser apropriada por diferentes projetos ideológicos. Em contextos autoritários, discursos de responsabilidade já serviram para controlar narrativas incômodas. Em contextos democráticos, a

mesma expressão pode significar compromisso com pluralidade, transparência e rigor. Assim, o signo “responsável” é ideologicamente disputado e depende da arena social em que circula.

O trecho constitui um enunciado otimista e fundacional da História Pública no Brasil, respondendo à necessidade de democratizar o passado. Dialogicamente, porém, ele revela tensões entre difusão e participação, autoridade e compartilhamento, técnica e pluralidade. Sua maior contribuição está em reconhecer que a História é sempre construída em **interação social**; seu maior desafio permanece em transformar o público de audiência em sujeito efetivo da narrativa histórica.

Ricardo Santhiago (2014) sistematizou quatro modalidades de engajamento entre história e público, além de defender a história pública como prática reflexiva e não apenas conjunto de técnicas transmissíveis.

Pode-se produzir história para o grande público - o público não acadêmico -, mas se pode também produzir história com o público, atender a demandas públicas, compreender a história feita pelo público. São variações e modalidades que tornam o campo da história pública mais complexo e controverso, e por isso mesmo mais instigante e sujeito ao debate. (SANTHIAGO, 2014)

Em perspectiva dialógica, o texto responde a concepções anteriores que identificavam a relação entre História e sociedade como fluxo unilateral: a universidade produz conhecimento e o público apenas consome. Ao sistematizar quatro modalidades — produzir história **para, com, a partir de demandas públicas e compreender a história feita pelo público** — o autor introduz uma **pluralização das formas de interação** entre especialistas e sociedade, transformando o público de destinatário passivo em agente histórico ativo.

A força teórica do excerto reside na **mudança semântica das preposições**. O “para” indica transmissão; o “com” sugere colaboração; “atender a demandas públicas” implica escuta social; e “compreender a história feita pelo público” reconhece que sujeitos coletivos já produzem interpretações do passado fora da esfera/campo da academia, isso significa admitir que a memória social é polifônica ou heterodiscursiva e que o passado circula por múltiplas vozes: escolas, mídias, movimentos sociais, famílias, museus, comunidades digitais e práticas comemorativas. O historiador deixa de ser soberano absoluto da narrativa para tornar-se interlocutor em uma arena discursiva mais ampla.

Quando Ricardo Santhiago (2014) fala em “história feita pelo público”, legitima práticas frequentemente desconsideradas pela historiografia clássica: genealogias familiares, memorialismos locais, arquivos comunitários, narrativas de trabalhadores, tradições orais, produções audiovisuais e disputas de memória nas redes sociais. O público não aparece apenas como receptor, mas como produtor de sentidos históricos. Trata-se de reconhecer aquilo que Mikhail Bakhtin chamaria de multiplicidade de vozes sociais em disputa sobre o signo “passado”.

Contudo, o sentido construído no enunciado concreto também pode refratar tensões não resolvidas. Se toda produção pública de passado merece atenção, como distinguir memória legítima, erro factual, manipulação política ou revisionismo autoritário? A abertura democrática do campo não elimina a necessidade de crítica metodológica. Em outras palavras, valorizar a história feita pelo público não significa equiparar automaticamente toda narrativa social à pesquisa histórica rigorosa. O desafio está em equilibrar participação e responsabilidade epistemológica.

A expressão “atender a demandas públicas” pode ser ambígua. Demandas sociais podem emergir de **movimentos emancipatórios**, mas também de **agendas negacionistas** ou **instrumentalizações ideológicas**. O público não é homogêneo; é atravessado por conflitos de classe, raça, gênero, território e poder. Assim, falar em “o público” no singular pode ocultar a existência de públicos plurais e desiguais.

O trecho é particularmente fecundo porque assume essa complexidade ao dizer que o campo é “mais controverso” e “sujeito ao debate”. Em vez de buscar definição fechada, Ricardo Santhiago (2014) apresenta a História Pública como **espaço de controvérsia produtiva**. Isso a afasta de modelos normativos rígidos e a aproxima de uma prática reflexiva, autoconsciente de seus limites e disputas.

O enunciado concreto desloca a História Pública da **lógica da extensão universitária** para a **lógica do diálogo social**. Sua contribuição maior está em reconhecer que o passado não pertence exclusivamente à academia. Seu desafio maior está em construir mediações críticas entre pluralidade democrática e rigor

historiográfico, sem retornar ao elitismo nem cair no relativismo absoluto.

Ricardo Santhiago (2018) propõe uma inflexão epistemológica importante para a História Pública: ela não deve ser compreendida como repertório fixo de técnicas replicáveis, mas como **prática reflexiva** fundada em **aprendizagem contínua**.

*não se pressupõem a história pública como um conjunto estável de técnicas a serem apreendidas e apenas consecutivamente emuladas, mas como uma prática reflexiva – um processo contínuo de aprendizado, baseado na reconstrução das práticas de trabalho a partir de experiências concretas.
(SANTHIAGO, 2018, p.294)*

Em perspectiva dialógica, o enunciado concreto responde criticamente a discursos tecnocráticos que tratam a atuação pública do historiador como mera aplicação instrumental de métodos de comunicação, mediação cultural ou divulgação científica. O autor recusa a ideia de manualização da esfera/campo e desloca o centro da discussão para a experiência concreta, para a autocrítica e para a reconstrução permanente do fazer historiográfico.

A oposição entre “conjunto estável de técnicas” e “processo contínuo de aprendizado” é central. No primeiro polo, aparece uma **racionalidade operacional**: bastaria dominar ferramentas e reproduzi-las em diferentes contextos. No segundo, emerge uma **racionalidade histórica e relacional**: cada interação com públicos,

instituições e memórias exige reelaboração situada das práticas. Em perspectiva dialógica, isso significa reconhecer que nenhum enunciado profissional nasce em vazio neutro; toda ação em História Pública responde a interlocutores concretos, contextos específicos e conflitos de sentido. Não existe fórmula universal capaz de antecipar a complexidade da arena social.

O texto também tensiona a **lógica contemporânea da profissionalização padronizada**. Em muitos campos, valoriza-se treinamento rápido, protocolos prontos e competências transferíveis. Ricardo Santhiago (2018) sugere o contrário: a competência central do historiador público não é repetir procedimentos, mas aprender com situações reais, revisar pressupostos e adaptar práticas. Isso aproxima a História Pública de modelos de **pesquisa-ação, práxis críticas** e **aprendizagem reflexiva**, nos quais teoria e prática se transformam mutuamente.

Outra dimensão relevante é o papel da experiência concreta. O autor afirma que o aprendizado decorre da “reconstrução das práticas de trabalho a partir de experiências concretas”. Há aqui valorização do **empirismo crítico**: exposições, arquivos comunitários, projetos digitais, demandas memoriais, controvérsias patrimoniais, ações educativas e conflitos públicos tornam-se laboratórios de conhecimento. A esfera/campo se produz no encontro entre historiadores e sociedade, não apenas em textos programáticos.

Ao enfatizar a fluidez e a reconstrução constante, corre-se o **risco de refração** que relativize critérios mínimos de qualidade metodológica. Se tudo depende do contexto e da experiência, como assegurar parâmetros éticos, responsabilidade com fontes ou compromisso com evidências? A recusa de técnicas estáveis é

fecunda, mas não elimina a necessidade de competências consolidadas. Talvez o ponto não seja rejeitar técnicas, e sim subordinar técnicas à reflexão crítica.

Também merece atenção a palavra “emuladas”, que critica reproduções automáticas. O termo sugere ambientes institucionais em que projetos de História Pública são copiados como modelos de sucesso sem considerar diferenças territoriais, culturais ou políticas. Um museu local, uma comunidade periférica, uma escola pública ou uma plataforma digital exigem mediações distintas. O enunciado de Ricardo Santhiago (2018) redefine a História Pública como **prática situada, dialógica e permanentemente inacabada**. Sua principal contribuição está em deslocar o foco da técnica para a **reflexividade**. Seu principal desafio está em equilibrar abertura experimental com critérios de rigor, ética e responsabilidade pública.

A principal coletânea brasileira após 2011 caracteriza a História Pública como “concepção guarda-chuva” capaz de agregar dimensões de pesquisa, extensão e ensino de forma indissociável.

Ana Maria Mauad (2016) fortalece uma visão aberta, plural e interdisciplinar da História Pública. Sua maior virtude está em **integrar pesquisa, ensino e extensão** como práticas inseparáveis. Seu principal desafio reside em manter coesão conceitual dentro de uma abrangência tão vasta.

usos da memória; usos do passado; demanda social; percepção pública da história; divulgação científica da história; interpretação e curadoria; empoderamento e pesquisa-ação; apropriações midiáticas; literárias e artísticas da história. (MAUAD; 2016, p.24)

O enunciado atribuído a Ana Maria Mauad (2016), ao caracterizar a História Pública como “concepção guarda-chuva”, produz uma definição deliberadamente ampla e agregadora. Em perspectiva dialógica, essa formulação responde a disputas conceituais sobre os limites do campo: em vez de fixar fronteiras rígidas, assume-se a heterogeneidade como traço constitutivo. A **metáfora do guarda-chuva** é significativa porque sugere abrigo comum para práticas diversas, sem eliminar suas diferenças internas. O campo aparece menos como disciplina fechada e mais como zona de convergência entre múltiplas formas de relação social com o passado.

A enumeração apresentada — usos da memória, usos do passado, demanda social, percepção pública da história, divulgação científica, curadoria, empoderamento, pesquisa-ação, apropriações midiáticas, literárias e artísticas — evidencia forte polifonia conceitual. Cada item remete a tradições intelectuais distintas: memória coletiva dialoga com Maurice Halbwachs (2013); lugares de memória evocam Pierre Nora (1993); empoderamento aproxima-se de pedagogias críticas; curadoria vincula-se a museus e patrimônio; apropriações midiáticas remetem aos estudos culturais e de mídia. Assim, a História Pública surge como **espaço interdiscursivo**, atravessado

por vozes da historiografia, comunicação, educação, artes e movimentos sociais.

Há também uma crítica implícita ao modelo universitário fragmentado. Quando se afirmar que pesquisa, extensão e ensino podem ser agregados “de forma indissociável”, questiona-se a divisão burocrática que frequentemente separa produção de conhecimento, transmissão pedagógica e interação social. O passado deixa de ser objeto exclusivo da pesquisa acadêmica para tornar-se prática social compartilhada, ensinada, debatida e reinterpretada em diferentes arenas públicas. Nesse sentido, o texto aproxima a universidade da sociedade e reposiciona o historiador como mediador, curador, pesquisador e interlocutor público.

Contudo, uma leitura crítica também identifica riscos na própria metáfora do guarda-chuva. Quanto mais inclusiva a definição, maior a possibilidade de indeterminação conceitual. Se quase toda relação social com o passado pode caber sob esse guarda-chuva, corre-se o risco de esvaziar especificidades analíticas da História Pública. Museologia, ensino de História, memória social, divulgação científica e produção artística possuem métodos, finalidades e regimes de validação distintos. A amplitude é fecunda politicamente, mas pode gerar difusão excessiva no plano teórico.

Outro aspecto relevante é a presença das noções de “demanda social” e “empoderamento”. Elas introduzem **dimensão política** explícita: a esfera/campo não se limita a explicar o passado, mas responde a reivindicações contemporâneas por reconhecimento, identidade e justiça simbólica. Memórias de grupos racializados, trabalhadores, mulheres, comunidades locais e populações marginalizadas podem encontrar aí espaço de visibilidade.

Entretanto, isso também torna a esfera/campo arena de conflito, pois demandas públicas são plurais e por vezes antagônicas. Não existe um único público, mas públicos em disputa.

A inclusão das “apropriações midiáticas, literárias e artísticas da história” é especialmente importante no contexto contemporâneo. Reconhece-se que séries, filmes, romances, redes digitais, podcasts e performances culturais produzem consciências históricas tão influentes quanto livros acadêmicos. Em chave dialógica, o passado circula por múltiplos gêneros discursivos, cada qual refratando valores sociais específicos. O historiador público precisa dialogar com essas formas, não apenas corrigi-las externamente.

Ana Maria Mauad (2011) redefine a História Pública como **prática crítica de intervenção no espaço público**, fundada na capacidade de historicizar o presente e reconhecer temporalidades múltiplas. Sua maior virtude está em libertar o campo de fronteiras corporativas estreitas. Seu maior desafio reside em transformar essa abertura em projeto metodologicamente consistente e socialmente plural.

trabalhar com História Pública, mais que pensar um subcampo disciplinar ou uma área profissional específica, e integrar um movimento que assume uma 'atitude historiadora' de estímulo, em diferentes espaços e com diferentes públicos, ao estranhar o familiar visando aproximar a sociedade de seu passado e das múltiplas temporalidades. (MAUAD, 2021)

O enunciado de Ana Maria Mauad (2021) desloca a História Pública de uma definição institucional estreita para uma postura intelectual e social mais ampla. Ao afirmar que trabalhar com História Pública não é apenas pensar “um subcampo disciplinar ou uma área profissional específica”, a autora responde dialogicamente a tentativas de burocratização do campo, que o reduziriam a especialidade acadêmica, setor de mercado ou nicho profissional. Em vez disso, propõe entendê-lo como movimento orientado por uma “atitude historiadora”, isto é, uma disposição crítica diante do tempo, da memória e das relações entre sociedade e passado.

A expressão “atitude historiadora” é central. Ela sugere que o essencial não está no cargo ocupado, no diploma ou no espaço institucional, mas em certa prática reflexiva de problematização do mundo social. Em termos dialógicos, trata-se de uma postura responsiva diante dos discursos que naturalizam o presente. O historiador público seria aquele que intervém em arenas/esferas diversas — escolas, museus, mídias, arquivos, redes digitais, movimentos sociais, comunidades locais — para introduzir historicidade onde prevalece a aparência de evidência imediata. Assim, a História Pública deixa de ser **mero lugar** e torna-se forma de **ação intelectual**.

Particularmente expressiva é a fórmula “estranhar o familiar”. Nela ecoa uma tradição crítica das ciências humanas segundo a qual aquilo que parece natural, eterno ou óbvio precisa ser historicizado. Costumes, monumentos, narrativas nacionais, desigualdades sociais, identidades coletivas e memórias oficiais tornam-se objetos de questionamento. O passado funciona menos como **coleção de fatos mortos** e mais como **instrumento para desnaturalizar o presente**. Ao estranhar o familiar, revela-se que instituições e valores

contemporâneos foram produzidos historicamente e, portanto, podem ser transformados.

Outro aspecto relevante é a referência às “múltiplas temporalidades”. Com isso, Ana Maria Mauad (2021) rompe com concepções lineares e homogêneas do tempo histórico. Diferentes grupos sociais vivem ritmos temporais distintos: memórias traumáticas persistem no presente, tradições locais convivem com aceleração digital, permanências estruturais coexistem com rupturas políticas. Há ressonância aqui com reflexões de Fernand Braudel (2004) sobre durações diversas e de François Hartog (2013) sobre regimes de historicidade. A História Pública, nesse sentido, aproxima a sociedade da complexidade temporal que sustenta sua experiência histórica.

Todavia, ao definir a esfera/campo como **movimento e atitude**, há ganho de abertura, mas também risco de diluição conceitual. Se toda postura crítica diante do tempo pode ser História Pública, como distingui-la de ensino de História, divulgação científica, militância memorial ou pesquisa acadêmica aplicada? A amplitude fortalece a esfera/campo politicamente, porém pode enfraquecer seus contornos analíticos.

Além disso, a ideia de “aproximar a sociedade de seu passado” supõe relação nem sempre simples. Não existe uma sociedade única, tampouco um passado consensual. Existem públicos plurais, memórias concorrentes e conflitos interpretativos marcados por classe, raça, gênero e território. Aproximar certos grupos de determinados passados pode significar afastá-los de outros. O gesto de mediação histórica nunca é neutro.

Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2015) apresenta a História Pública como **prática intelectual comprometida** com democratização do conhecimento e consciência de seus efeitos políticos. Sua maior virtude está em explicitar que a História sempre intervém no mundo social. Seu maior desafio reside em conciliar pluralidade de saberes, rigor crítico e responsabilidade democrática na circulação pública do passado.

um posicionamento intelectual e político de observação da realidade, um compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes, que devem circular. (ROVAI, 2025)

O enunciado define a História Pública não como técnica neutra, mas como “posicionamento intelectual e político”. Trata-se de formulação que desloca o debate em uma esfera/campo instrumental para uma **esfera/campo ético-política**. Em perspectiva dialógica, o texto responde a discursos positivistas ou tecnocráticos que apresentam o trabalho do historiador como mera coleta objetiva de fatos ou simples transmissão de conteúdo. Ao contrário, a autora explicita que toda atuação histórica envolve escolhas: o que pesquisar, quem ouvir, quais memórias valorizar, como difundir saberes e que efeitos sociais essas ações produzem.

A expressão “observação da realidade” não indica contemplação passiva, mas leitura crítica do mundo social. Em chave dialógica, a realidade aparece como arena saturada de signos ideológicos, disputada por narrativas concorrentes sobre passado e presente. O historiador público, nesse contexto, não observa de fora; ele participa

responsivamente da circulação de sentidos. Sua tarefa consiste em interpretar processos sociais, tensionar naturalizações e ampliar horizontes de compreensão histórica. A observação é, portanto, inseparável da intervenção.

Particularmente relevante é a noção de “compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes”. O termo “compromisso” afasta a imagem do pesquisador indiferente e afirma responsabilidade pública. Não basta produzir conhecimento; importa também como ele é construído, quem participa dessa construção, quem consegue acessá-lo e quais consequências políticas decorrem de sua circulação. Aqui, a História Pública se aproxima de debates sobre democratização do saber, justiça cognitiva e autoridade compartilhada.

A referência a “múltiplos saberes” também rompe a hierarquia tradicional entre conhecimento acadêmico e saberes sociais. Memórias comunitárias, tradições orais, arquivos populares, experiências de grupos subalternizados, narrativas artísticas e repertórios escolares podem dialogar com a historiografia universitária. O **pluralismo epistemológico** sugerido por Marta Gouveia de Oliveira Rovai (2015) reconhece que o passado é interpretado em **diferentes cronotopos** e por distintos sujeitos em **diferentes interações discursivas**. O historiador deixa de monopolizar a voz autorizada e passa a negociar sentidos em uma esfera pública plural.

Todavia, o elogio aos “múltiplos saberes” não elimina o problema dos critérios de validação. Como articular abertura democrática com exigência de evidências, crítica documental e responsabilidade metodológica? Nem todo saber circulante possui o mesmo grau de

consistência factual, e algumas narrativas públicas podem servir ao negacionismo ou à manipulação política. O desafio está em evitar tanto o elitismo epistêmico quanto o relativismo absoluto.

Outro ponto crucial é a expressão “efeitos políticos”. Ela reconhece que a circulação histórica produz impactos concretos: reforço de identidades, disputas de memória, legitimação institucional, reparação simbólica ou exclusão de grupos. Monumentos, currículos, museus, séries audiovisuais e comemorações públicas moldam percepções coletivas do passado. Ao explicitar isso, o texto rompe a **ficção da neutralidade historiográfica**. Ainda assim, permanece a pergunta: quais projetos políticos orientam essa circulação? Democráticos, autoritários, emancipatórios, mercadológicos? O termo abre espaço para conflito, não para consenso automático.

Também merece destaque o verbo “circular”. O saber histórico não deve permanecer enclausurado em teses, periódicos especializados ou arquivos inacessíveis. Precisa mover-se por escolas, comunidades, mídias digitais, instituições culturais e debates públicos. Circulação, porém, implica tradução, simplificação parcial e disputa por atenção. Ao sair da esfera/campo discursiva da academia, o conhecimento se transforma, é apropriado, contestado e ressignificado.

Jurandir Malerba (2017) redefine a História Pública como **prática colaborativa** fundada na ideia de que o passado é terreno social mutável e disputado. Sua maior virtude está em superar a lógica da mera divulgação. Seu maior desafio reside em articular cooperação democrática, pluralidade de públicos e responsabilidade crítica diante dos usos sociais do passado.

Os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento histórico do outro. (MALERBA, 2017, p.10).

O enunciado concreto formula uma crítica direta ao modelo tradicional de comunicação historiográfica baseado na transmissão unilateral do saber. Ao afirmar que historiadores não “simplesmente divulgam o conhecimento para o público”, o autor responde dialogicamente à imagem do especialista como emissor soberano e do público como receptor passivo. Em seu lugar, propõe uma **interação discursiva cooperativa**, na qual historiadores e pessoas comuns trabalham conjuntamente na interpretação do passado. Trata-se de deslocamento importante dentro da História Pública: do paradigma da difusão para o paradigma da coprodução.

A mudança semântica entre “para o público” e “em conjunto com as pessoas comuns” é decisiva. O primeiro modelo supõe verticalidade pedagógica; o segundo, horizontalidade dialógica. Em termos dialógicos, o conhecimento histórico deixa de ser monólogo autoritativo e passa a constituir-se em **interação discursiva responsiva** entre vozes diversas. O público não aparece como massa indiferenciada, mas como interlocutor portador de experiências, memórias, demandas e interpretações próprias. O historiador, por

sua vez, não abdica de sua formação técnica, mas a coloca em circulação relacional.

A afirmação de que “o passado seria reconhecido como terreno social em constante mudança”, enuncia que o passado não surge como depósito fixo de fatos encerrados, e sim como campo de disputas simbólicas continuamente reinterpretado no presente. Monumentos mudam de sentido, arquivos são reabertos, traumas retornam ao debate público, grupos marginalizados reivindicam memória e narrativas nacionais são contestadas. Essa visão aproxima-se de autores como Pierre Nora (1993), ao pensar os lugares de memória como espaços de reinvenção, e de Paul Ricoeur (1991), ao enfatizar a relação entre memória, narrativa e identidade.

O autor também introduz noção de **reciprocidade**. A expertise do historiador deveria satisfazer “as necessidades, desejos e conhecimento histórico do outro”. Isso significa que a autoridade profissional não desaparece, mas se redefine. Em vez de impor agendas exclusivamente acadêmicas, o historiador precisa escutar demandas sociais: memórias locais, histórias familiares, identidades coletivas, injustiças silenciadas, patrimônios negligenciados, conflitos territoriais. Ao mesmo tempo, o público também se beneficia da crítica documental, contextualização e problematização oferecidas pela disciplina histórica. Há troca, não mera concessão unilateral.

A expressão “pessoas comuns” pode ser problemática, pois opõe implicitamente especialistas e comuns, como se o público fosse categoria homogênea e desprovida de conhecimentos próprios. Na realidade, existem públicos plurais: professores, ativistas, comunidades tradicionais, produtores culturais, estudantes,

genealogistas, coletivos de memória, grupos digitais. Muitos possuem saberes especializados distintos da academia. Assim, o termo simplifica uma ecologia social mais complexa.

Outro desafio está na ideia de satisfazer “necessidades” e “desejos”. Demandas públicas podem ser democráticas e emancipadoras, mas também podem incluir revisionismos autoritários, negacionismos ou usos instrumentais do passado. Nem toda expectativa social deve ser atendida sem crítica. O historiador precisa cooperar sem submeter o rigor metodológico a pressões conjunturais. A relação com o público exige diálogo, não capitulação.

Há ainda tensão entre expertise e horizontalidade. Se todos cooperam, qual o papel específico do historiador? Se a expertise prevalece demais, retorna-se à verticalidade; se desaparece por completo, perde-se a contribuição disciplinar. O texto de Jurandir Malerba (2017) sugere equilíbrio delicado: autoridade compartilhada, em que competências técnicas convivem com participação social.

Fernando Nicolazzi (2019) oferece contribuição ao afirmar que o lugar social e epistemológico da Historiografia só se compreende plenamente quando se examinam suas **formas de recepção e apropriação**. Sua maior virtude está em romper a visão autocentrada da disciplina. Seu maior desafio reside em equilibrar análise da circulação pública com defesa do rigor crítico diante das disputas contemporâneas sobre o passado.

o pleno entendimento do lugar social e epistemológico ocupado pela historiografia e pelos historiadores e historiadoras no espaço público deve compreender as formas como a história é recebida, e, portanto, apropriada, em diferentes regimes historiográficos. (NICOLAZZI, 2019, p.207).

O excerto propõe uma ampliação da reflexão sobre a Historiografia e sobre o papel social dos historiadores. Em vez de limitar a análise ao momento da produção do discurso histórico — isto é, à escrita, aos métodos e às instituições que legitimam o saber — o autor afirma que o “pleno entendimento” do lugar social e epistemológico da historiografia depende também de compreender como a história é **recebida** e **apropriada** no espaço público. Em perspectiva dialógica, isso significa deslocar o foco do emissor para a interação entre enunciado, circulação e resposta social.

Trata-se de crítica implícita a modelos tradicionais que pensavam a autoridade historiográfica quase exclusivamente a partir da universidade, dos arquivos e das regras disciplinares. Fernando Nicolazzi (2019) sugere que o estatuto da História não se define apenas onde ela é produzida, mas também onde ela é lida, consumida, disputada, reinterpretada e usada. Um livro acadêmico, um documentário, uma aula escolar, uma série televisiva, um monumento ou uma postagem digital ganham sentidos novos quando entram em contato com públicos concretos. O conhecimento histórico não termina na publicação; ele continua na recepção.

A noção de “apropriação” é particularmente fecunda. Ela indica que públicos não recebem passivamente narrativas históricas; selecionam, ressignificam, contestam e reutilizam conteúdos conforme interesses, identidades e contextos. Em chave bakhtiniana, todo discurso histórico, ao circular, entra em nova cadeia responsiva. O sentido nunca permanece idêntico ao projeto inicial do autor. Narrativas sobre ditaduras, independência, escravidão, heróis nacionais ou memórias locais podem ser reinterpretadas por movimentos sociais, grupos políticos, escolas, comunidades digitais ou mercados culturais.

O termo “regimes historiográficos” amplia ainda mais a análise. Ele sugere que diferentes épocas e contextos organizam distintas formas de legitimar, narrar e consumir História. Há ressonância aqui com François Hartog (2013) e sua noção de regimes de historicidade, embora voltada especificamente às formas historiográficas. Em certos momentos, predomina a narrativa erudita nacional; em outros, a memória traumática, a cultura midiática, a história identitária ou a circulação algorítmica digital. Assim, compreender o lugar público dos historiadores exige reconhecer mutações históricas nos modos de recepção do passado.

Outro ponto importante é a articulação entre “lugar social” e “lugar epistemológico”. O primeiro remete à posição dos historiadores em instituições, debates públicos, mercados culturais e relações de poder. O segundo refere-se à legitimidade cognitiva de seus métodos e interpretações. Fernando Nicolazzi (2019) mostra que ambos estão interligados: a autoridade epistemológica depende também de reconhecimento social, e esse reconhecimento é condicionado por formas de recepção pública. Um historiador pode possuir rigor metodológico e ainda assim ter pouca influência social;

outro pode ter grande impacto público com baixa consistência acadêmica.

Todavia, uma ênfase na recepção pode relativizar excessivamente a distinção entre interpretações fundamentadas e apropriações manipuladoras. Se o foco recai apenas em como a história é usada, corre-se o risco de nivelar pesquisa séria e propaganda ideológica como fenômenos equivalentes de circulação. O desafio é integrar estudos de recepção sem abandonar critérios críticos de verdade histórica, evidência e responsabilidade metodológica.

Aqui também cabe problematizar quem são os sujeitos dessa recepção. “O público” não é entidade única. Existem públicos plurais, marcados por classe, raça, escolarização, território, geração e acesso tecnológico. Diferentes grupos se apropriam da História de maneiras distintas e desiguais. Plataformas digitais, por exemplo, distribuem visibilidade de forma assimétrica. Logo, estudar recepção implica também analisar estruturas de poder que condicionam quem pode falar, ouvir e circular narrativas históricas.

Renata Schittino (2016) propõe uma História Pública pós-paternalista, em que a historiografia acadêmica deixa de julgar soberanamente o passado e de tutelar públicos considerados leigos. Sua maior virtude está em **democratizar a relação entre saber histórico e sociedade**. Seu maior desafio reside em conciliar horizontalidade dialógica com firmeza crítica diante dos usos distorcidos do passado.

é possível pensar uma ideia de história pública onde a história científica não encarna a posição de juiz do passado, (...), e não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo. (SCHITTINO, 2016, p.29).

O enunciado formula uma crítica às concepções hierárquicas da História Pública. Ao afirmar ser possível pensar uma História Pública em que a “história científica não encarna a posição de juiz do passado”, a autora contesta o modelo no qual a historiografia acadêmica se apresenta como instância suprema de julgamento moral, factual e interpretativo sobre experiências históricas. Em perspectiva dialógica, trata-se de resposta a tradições positivistas e pedagogizantes que reservaram ao especialista o monopólio da verdade histórica e ao público o papel de aprendiz passivo.

A metáfora do “juiz do passado” é reveladora. Ela associa a historiografia a uma autoridade tribunalícia: alguém que ouve, pesa provas e profere sentença definitiva sobre o que realmente ocorreu e como deve ser interpretado. Renata Schittino (2016) rejeita essa imagem por reconhecer que o passado não comparece intacto diante de um magistrado neutro. Ele chega por meio de vestígios, narrativas, memórias conflitantes, silêncios documentais e disputas de sentido. Em chave dialógica, o passado é polifônico ou heterodiscursivo e refratado por múltiplas vozes sociais; não pode ser encerrado facilmente em veredicto monológico.

O segundo movimento crítico do trecho recai sobre a noção iluminista de que caberia à ciência histórica “desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo”. Aqui a autora problematiza a pedagogia vertical segundo a qual o saber nasce na academia e desce até os ignorantes. O termo “leigo” é tensionado justamente por carregar distinção assimétrica entre iniciados e não iniciados. A crítica sugere que públicos possuem repertórios históricos próprios: memórias familiares, experiências comunitárias, narrativas políticas, saberes escolares, tradições orais, consumos culturais e interpretações cotidianas do passado.

Isso não significa negar a especificidade da historiografia acadêmica. O texto não elimina método, crítica documental ou contextualização, mas recusa convertê-los em fundamento de superioridade absoluta. A ciência histórica pode contribuir com instrumentos analíticos relevantes sem assumir posição paternalista. O historiador deixa de ser tutor da consciência alheia para tornar-se interlocutor em espaço público plural. Há proximidade aqui com noções de autoridade compartilhada desenvolvidas em debates da História Pública internacional.

Outro aspecto importante é a redefinição de **consciência histórica**. Em vez de algo implantado externamente por especialistas, ela pode ser entendida como **capacidade socialmente distribuída** de relacionar passado, presente e futuro. Diferentes grupos constroem suas próprias temporalidades e interpretações históricas. A função pública do historiador, então, não seria “dar consciência”, mas dialogar criticamente com consciências históricas já existentes, ampliando complexidades e tensionando naturalizações.

Contudo, uma crítica dialógica também identifica desafios. Se a historiografia não ocupa lugar de juiz e não detém missão pedagógica central, como enfrentar negacionismos, falsificações deliberadas ou manipulações autoritárias do passado? A recusa da autoridade vertical não pode significar abandono de responsabilidade crítica. Há momentos em que o historiador precisa contestar fraudes documentais, usos racistas da memória ou revisionismos violentos. O problema não é exercer crítica, mas fazê-lo sem reproduzir paternalismo epistemológico.

A expressão “história científica” merece atenção. Ela indica que a autora debate especificamente a forma moderna e disciplinar da História, marcada por protocolos universitários de validação. Ao tensionar essa expressão, não descarta a ciência, mas questiona quando ela se converte em capital simbólico para silenciar outras vozes. Trata-se menos de anti-intelectualismo e mais de crítica às formas sociais de autoridade do saber.

Benito Bisso Schmidt (2024) propõe leitura segundo a qual a História Queer possui vocação pública originária, fundada na luta contra o apagamento e na produção extra-acadêmica de memória. Sua maior virtude está em mostrar que certas histórias nascem como **interação social** e **ideologia cotidiana**. Seu maior desafio reside em reconhecer a pluralidade interna dessas experiências e evitar novas exclusões sob a bandeira da visibilidade.

Este livro procura responder a essa questão partindo do pressuposto de que existe uma relação fundacional entre ambas: a história queer já teria nascido pública, seja em razão de seu compromisso com a afirmação das histórias das pessoas dissidentes das normas hegemônicas de sexo e gênero, seja por seu caráter inicialmente não acadêmico. (SCHMIDT, 2024).

O excerto formula a hipótese que haveria uma “relação fundacional” entre História Pública e História Queer. Em vez de tratar a história queer como subárea que posteriormente se aproxima do espaço público, o texto sustenta que ela “já teria nascido pública”. Em perspectiva dialógica, isso significa reconhecer que certas formas de produção histórica emergem não primeiro da universidade, mas de lutas sociais, movimentos identitários, arquivos militantes e disputas por reconhecimento. O passado, nesse caso, é produzido desde o início na esfera/campo pública.

A primeira justificativa apresentada é o “compromisso com a afirmação das histórias das pessoas dissidentes das normas hegemônicas de sexo e gênero”. Aqui, a narrativa histórica aparece como gesto político de visibilização. Durante longos períodos, experiências de pessoas LGBTQIA+ foram silenciadas, patologizadas, criminalizadas ou reduzidas à clandestinidade documental. Produzir história queer implica recuperar trajetórias apagadas, nomear violências e afirmar existências negadas. Em chave bakhtiniana, trata-se de inserir vozes historicamente marginalizadas na cadeia

discursiva sobre o passado, desestabilizando narrativas monológicas da heteronormatividade.

A segunda justificativa — o “caráter inicialmente não acadêmico” — é igualmente relevante. Ela sugere que a história queer se desenvolveu, em parte, fora dos circuitos tradicionais de legitimação universitária: coletivos ativistas, imprensa alternativa, memorialismos comunitários, centros de documentação independentes, testemunhos orais, arte política e redes de sociabilidade produziram arquivos e interpretações antes de seu pleno reconhecimento institucional. Isso tensiona a ideia de que a validade histórica nasce exclusivamente na academia. O saber histórico pode emergir de práticas sociais de resistência.

O enunciado também redefine o **conceito de público**. Não se trata apenas de audiência ampla consumindo conteúdos históricos, mas de comunidades que constroem memória para sobreviver simbolicamente. Em muitos contextos, registrar nomes, trajetórias, amores, violências e lutas foi forma de existência pública frente ao apagamento. Assim, a dimensão pública da história queer não decorre somente da divulgação, mas da necessidade política de aparecer, narrar-se e reivindicar lugar no tempo social.


Há ressonâncias importantes com debates sobre autoridade compartilhada na História Pública. Arquivistas comunitários, militantes, artistas, pesquisadores independentes e acadêmicos podem atuar conjuntamente na produção do passado. O historiador deixa de monopolizar a memória e passa a dialogar com sujeitos que historicamente precisaram narrar a si mesmos diante da exclusão institucional.

Contudo, uma crítica dialógica também identifica tensões. Ao afirmar que a história queer “nasceu pública”, corre-se o risco de homogeneizar experiências muito diversas. Nem toda produção histórica ligada a dissidências sexuais teve caráter necessariamente aberto ou público; muitas memórias circularam em segredo, em códigos, em espaços subterrâneos ou privados, justamente por condições de repressão. Em certos contextos, o ocultamento foi estratégia de sobrevivência. O público e o clandestino coexistiram.

Além disso, o “não acadêmico” não deve ser romantizado como automaticamente emancipador. Espaços extrauniversitários também podem reproduzir exclusões de raça, classe, território, geração ou centralidade urbana. Parte das narrativas queer historicamente visibilizadas privilegiou homens brancos urbanos de determinados centros culturais, deixando outras experiências à margem. A crítica interna permanece necessária.

Também cabe notar que, ao entrar na academia, a história queer ganha novos recursos metodológicos, arquivos, financiamento e circulação, mas enfrenta riscos de institucionalização excessiva. A **tensão entre radicalidade política e domesticação universitária** acompanha muitos campos críticos. O texto de Benito Bisso Schmidt (2024) convida justamente a pensar essa fronteira da esfera/campo política e universitária.

Viviane Trindade Borges (2018) redefine o historiador público como alguém que combina práticas colaborativas com análise crítica das relações sociais entre presente e passado público. Sua maior virtude está em complexificar a noção de participação. Seu maior desafio reside em transformar compreensão crítica em intervenção efetiva sobre memórias desiguais e patrimônios difíceis.



o historiador preocupado com a dimensão pública da história é aquele que 'procura não apenas construir projetos colaborativos, mas entender as relações sociais estabelecidas entre presente e o passado público. (BORGES, 2018).

O enunciado de Viviane Trindade Borges (2018) oferece uma definição sofisticada da História Pública ao deslocar o foco exclusivo da colaboração metodológica para a análise crítica das relações entre presente e passado público. Em vez de limitar o historiador público à função de gestor participativo ou facilitador de projetos coletivos, a autora sustenta que ele deve também compreender como a sociedade organiza, disputa e atribui sentidos ao passado no tempo presente. Em perspectiva dialógica, o texto responde a visões celebratórias da participação, lembrando que colaboração, por si só, não esgota a complexidade política da esfera pública histórica.

A primeira parte do trecho — “não apenas construir projetos colaborativos” — reconhece a importância de práticas participativas, frequentes em museus, arquivos comunitários, curadorias compartilhadas, ações patrimoniais e iniciativas educativas. Contudo, o advérbio “apenas” é decisivo: ele adverte que colaboração não pode virar fetiche metodológico. Projetos coletivos podem existir formalmente e ainda reproduzir hierarquias, silenciar grupos ou legitimar consensos superficiais. Assim, a participação precisa ser acompanhada de reflexão crítica sobre quem decide, quem fala, quem é ouvido e quem permanece invisível.

A segunda parte do excerto introduz noção mais densa: “entender as relações sociais estabelecidas entre presente e o passado público”. O passado público não é simples conjunto de fatos antigos divulgados socialmente. Trata-se do passado tornado objeto de circulação coletiva por monumentos, datas comemorativas, currículos, mídias, museus, memórias traumáticas, patrimônios e controvérsias cívicas. Em chave bakhtiniana, esse passado é signo ideológico permanentemente refratado por disputas contemporâneas. O presente interpela o passado, e o passado reorganizado interfere no presente.

A expressão “relações sociais” é particularmente relevante porque historiciza a memória. O vínculo entre sociedade e passado não é natural, mas mediado por poder, instituições, afetos e conflitos. Certos grupos conseguem monumentalizar suas narrativas; outros lutam por reconhecimento tardio. Alguns passados são celebrados, outros ocultados, outros mercantilizados. A tarefa do historiador público, segundo Viviane Trindade Borges, inclui decifrar essas assimetrias. Isso é especialmente fecundo quando se pensa em patrimônios difíceis: escravidão, ditaduras, genocídios, violências de Estado, manicômios, prisões, exclusões de gênero e raça.

Nesse sentido, o excerto ultrapassa concepções instrumentais da História Pública. O historiador não é apenas mediador simpático entre público e passado; é analista crítico das formas como o passado é mobilizado socialmente. Deve perguntar por que certos monumentos permanecem, por que determinadas memórias retornam, por que traumas são negados, por que alguns patrimônios causam desconforto e outros orgulho.

Contudo, uma crítica dialógica também revela tensões. Ao valorizar a compreensão das relações sociais entre presente e passado, corre-se o risco de enfatizar interpretação em detrimento da ação transformadora. Entender estruturas de poder não basta automaticamente para democratizá-las. O historiador público pode diagnosticar exclusões e ainda assim enfrentar limites institucionais concretos para modificá-las.

Outra questão reside na expressão “passado público”. Nem todo passado se torna público nas mesmas condições. Existem passados privados, subterrâneos, íntimos ou clandestinos que resistem à exposição. Comunidades traumatizadas podem preferir silêncio estratégico a patrimonialização. Portanto, tornar algo público também é ato político que exige consentimento, cuidado ético e sensibilidade.

Ainda assim, a força do texto está justamente em não confundir visibilidade com justiça histórica. Um passado pode estar muito exposto e continuar distorcido. Pode haver monumentos abundantes e compreensão escassa. Pode existir participação formal sem redistribuição de autoridade narrativa.

Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016) oferece definição acessível e potente da História Pública como **prática de conexões entre academia e sociedade, produção compartilhada e circulação ampla do saber histórico**. Sua maior virtude está em enfatizar vínculos e abertura social. Seu maior desafio reside em transformar conexão em participação efetivamente plural e crítica diante das desigualdades e disputas do espaço público.

história pública ou escrever história pública e produzir uma história que conecte historiadores a universidade e a comunidade, a sociedade. É uma história que cria conexões, e uma história que circula socialmente, e uma história que conta com o público no seu fazer, e uma história que é feita para o público.
CARVALHO, 2026.

A repetição da expressão “é uma história que...” produz efeito retórico relevante. Trata-se de enumeração acumulativa que constrói definição não por essência abstrata, mas por práticas e relações concretas. A História Pública não é apresentada como conceito fechado, e sim como conjunto de movimentos: conectar, circular, contar com, fazer para. Em chave bakhtiniana, a identidade do campo surge da interação entre múltiplos interlocutores, e não de fronteira disciplinar rígida.

A primeira conexão mencionada — entre historiadores, universidade e comunidade — revela crítica implícita ao enclausuramento acadêmico. Muitas vezes, a produção universitária permanece restrita a teses, periódicos especializados e circuitos internos de reconhecimento. O enunciado propõe superar essa separação, aproximando pesquisa histórica de demandas sociais, memórias locais, escolas, instituições culturais, coletivos e públicos diversos. A universidade deixa de ser fortaleza e torna-se nó em rede social mais ampla.

A noção de “história que circula socialmente” é igualmente importante. O conhecimento histórico não se esgota no momento

de sua produção; ele ganha vida ao circular por livros didáticos, podcasts, museus, documentários, redes sociais, canais de vídeo, exposições, debates públicos e práticas comemorativas. O verbo circular indica movimento, tradução e transformação. Ao sair da academia, a História é reinterpretada, apropriada e disputada por diferentes públicos. O passado torna-se signo social vivo.

Particularmente significativa é a dupla fórmula “conta com o público no seu fazer” e “é feita para o público”. A primeira enfatiza coprodução: o público participa da construção histórica por meio de memórias, arquivos comunitários, narrativas locais, perguntas sociais e colaboração direta. A segunda destaca comunicação e acesso ampliado. O texto, portanto, tenta equilibrar duas dimensões clássicas da História Pública: participação democrática e difusão social.

Contudo, uma crítica dialógica revela tensões internas. A expressão “o público” no singular pode ocultar a existência de públicos múltiplos e desiguais: estudantes, comunidades tradicionais, movimentos sociais, elites culturais, audiências digitais fragmentadas, grupos politicamente antagonistas. Não existe um único público com expectativas homogêneas. Conectar-se à sociedade exige reconhecer conflitos internos da própria sociedade.

A ênfase nas conexões pode suavizar assimetrias estruturais. Universidade e comunidade não se encontram em terreno neutro; há diferenças de capital cultural, recursos materiais, autoridade simbólica e acesso tecnológico. Projetos participativos podem reproduzir hierarquias se tais desigualdades não forem explicitamente enfrentadas. Conectar não significa automaticamente democratizar.

Ponto crítico reside na circulação social. Nem toda circulação amplia compreensão histórica; algoritmos digitais podem privilegiar simplificações, sensacionalismo ou revisionismos ideológicos. A História que circula também pode ser distorcida, mercantilizada ou instrumentalizada. Por isso, circulação precisa ser acompanhada de mediação crítica.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A **História Pública** pode ser definida como um **campo interdisciplinar** (Ana Maria Mauad, 2016; 2021), uma **esfera de atuação profissional** voltada ao exercício da História para além da universidade (Robert Kelley, 1978), e também uma **área institucionalmente organizada** em associações, redes e revistas especializadas (G. Wesley Johnson, 1978; National Council on Public History, 1979). Constitui-se como uma **prática reflexiva e em permanente aprendizado**, fundada na reconstrução contínua das experiências concretas de trabalho (Ricardo Santhiago, 2018).

Seu núcleo consiste na **produção, circulação, recepção e crítica do conhecimento histórico no espaço público**, reconhecendo que a História não se encerra na escrita acadêmica, mas continua em suas formas de apropriação social (Fernando Nicolazzi, 2019), em sua circulação entre universidade e sociedade (Bruno Leal Pastor de Carvalho, 2026), e em múltiplos ambientes como escolas, museus, arquivos, mídias e redes digitais (Ana Maria Mauad, 2016).

Trata-se de uma História feita **para o público**, ao democratizar o acesso ao saber histórico e difundi-lo para amplas audiências (Juniele Rabêlo de Almeida, 2011; Marta Gouveia de Oliveira Rovai, 2011); **com o público**, por meio da colaboração e da autoridade

compartilhada entre especialistas e comunidades (Michael Frisch, 1990; Jurandir Malerba, 2017); **pelo público**, ao reconhecer que grupos sociais também produzem interpretações legítimas do passado (Ricardo Santhiago, 2014); e **sobre o público**, ao investigar como diferentes coletividades usam, disputam e significam a memória histórica (Ricardo Santhiago, 2014).

A História Pública também implica uma **crítica às hierarquias tradicionais do saber**, recusando a posição da historiografia acadêmica como juiz soberano do passado ou tutora de públicos considerados leigos (Renata Schittino, 2016). Ao mesmo tempo, exige compreender as **relações sociais entre presente e passado público**, observando como memórias, patrimônios e narrativas são moldados por disputas de poder no tempo presente (Viviane Trindade Borges, 2018).

Sua dimensão ética e política se expressa no compromisso com a **circulação plural de múltiplos saberes**, com seus efeitos democráticos e com a ampliação do acesso social ao passado (Marta Gouveia de Oliveira Rovai, 2025). Por isso, a História Pública também se torna espaço privilegiado de **visibilização de sujeitos historicamente marginalizados**, como demonstram experiências em que certas narrativas já nascem públicas por enfrentarem apagamentos estruturais, a exemplo da História Queer (Benito Bisso Schmidt, 2024).

Esse conceito resulta da integração de diferentes contribuições teóricas:

Robert Kelley enfatiza a **origem profissional do campo**, ao pensar a atuação do historiador fora da universidade;

G. Wesley Johnson e National Council on Public History reforçam a **institucionalização acadêmica e associativa** da área;

Juniele Rabêlo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai destacam a **difusão responsável do conhecimento histórico para amplas audiências**;

Ricardo Santhiago amplia o conceito ao formular as modalidades **história para, com, pelo e sobre o público**, além de entendê-la como **prática reflexiva contínua**;

Michael Frisch contribui com a noção de **autoridade compartilhada**, em que especialistas e públicos coproduzem sentidos históricos;

Ana Maria Mauad define a História Pública como **concepção guarda-chuva**, integrando ensino, pesquisa, extensão, memória e mídias, além de propor uma **atitude historiadora** crítica diante do presente;

Jurandir Malerba reforça a **cooperação entre historiadores e pessoas comuns** na interpretação do passado;

Fernando Nicolazzi introduz a centralidade da **recepção e apropriação pública da História**, mostrando que o sentido histórico continua após sua produção;

Renata Schittino critica o paternalismo acadêmico e propõe uma História Pública **não tribunalícia e horizontal**;

Viviane Trindade Borges enfatiza que não basta colaborar: é preciso **compreender as relações sociais entre presente e passado**

público;

Bruno Leal Pastor de Carvalho sintetiza o campo como **história que cria conexões entre historiadores, universidade e sociedade**, e que circula socialmente;

Benito Bisso Schmidt evidencia que determinadas histórias, como a **História Queer**, já nascem públicas por sua luta contra apagamentos e exclusões.

Assim, a **História Pública** é simultaneamente: Profissão (Robert Kelley, 1978); Instituição (G. Wesley Johnson, 1978 / National Council on Public History, 1979); Difusão democrática (Juniele Rabêlo de Almeida / Marta Gouveia de Oliveira Rovai, 2011); Participação social (Ricardo Santhiago, 2014; Michael Frisch, 1990; Jurandir Malerba, 2017); Campo ampliado e interdisciplinar (Ana Maria Mauad, 2016; 2021); Recepção e circulação social (Fernando Nicolazzi, 2019 / Bruno Leal Pastor de Carvalho, 2026); Crítica das hierarquias de saber (Renata Schittino, 2016); Análise das disputas de memória (Viviane Trindade Borges, 2018); Inclusão de vozes marginalizadas (Benito Bisso Schmidt, 2024).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich; VOLOCHÍNOV, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

BORGES, Viviane Trindade. Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis? In: **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História pública. Vídeo institucional publicado em plataforma YouTube, 2026.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. Divulgação científica na esfera midiática. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 15, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KELLEY, Robert. Public History: Its Origins, Nature, and Prospects. **The Public Historian**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978. DOI: 10.2307/3377666.

KNAUSS, Paulo. Museu como espaço de história pública. In: SEUR, 2018. p. 144.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 37, 2017.

MAUAD, Ana Maria. Entrevista concedida a Rodrigues e Borges. 2021.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MEDVIÉDEV, Pável Nikoláievitch. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Trad. Ekaterina Vólkova Américo; Sheila Camargo Grillo. São Paulo: Contexto, 2012.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **História Hoje**, v. 8, n. 15, 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. Explicação e compreensão. In: _____. **Do texto à ação**. Evanston: Northwestern University Press, 1991.

ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. In: CASTRO, Rafael Dias de. Teoria da história, história pública e a função social do(a) historiador(a). **Tempo Presente**, UFS, 2025.

SANTHIAGO, Ricardo. Entrevista. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, ago. 2014.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública como prática reflexiva. **Tempo e Argumento**, v. 10, n. 23, p. 294, 2018.

SCHITTINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de;

SANTHIAGO, Ricardo (org.). **História Pública no Brasil: sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). **História Pública e Queer**. São Paulo: Letra e Voz, 2024.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Sheila Grillo; Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

¹ Advogado, Especialista em Direito Tributário pela FIC/PR, campus Curitiba, Especialista em Direito Aplicado pela EMAP/PR, campus de Curitiba, MBA em Digital Business pela USP/Esalq, Campus Piracicaba, Mestre PPGSeD – Unespar, Campus Campo Mourão, mestrando em História Pública PPGHP – Unespar, Campus Campo Mourão. E-mail: e-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).